

# Autoavaliação das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas de ensino artístico: perspetiva dos professores

Catarina Amorim<sup>1</sup>

Maria da Graça Bidarra<sup>2</sup>

Carlos Barreira<sup>3</sup>

## Resumo

O presente estudo tem como objetivo conhecer as atitudes e percepções dos professores em relação aos processos de autoavaliação nas escolas de Ensino Artístico, que decorrem da legislação em vigor que aponta para a sua obrigatoriedade. Sendo estas escolas normalmente de carácter privado, não têm sido contempladas pela Avaliação Externa de Escolas (AEE), embora comecem a sê-lo no 3.º ciclo de AEE iniciado no ano letivo 2018/2019.

Com vista a alcançar o objetivo, recorreu-se à metodologia de inquérito por questionário, em versão online, dirigido aos professores das escolas de Ensino Artístico públicas e particulares e cooperativas, que incluiu: a caracterização socioprofissional dos professores; a existência ou não de uma equipa e de um processo organizado de autoavaliação, bem como a percepção dos professores e a caracterização das suas atitudes face à autoavaliação.

A maioria dos inquiridos refere que a sua escola tem um processo de autoavaliação implementado, concordando com o facto de este proporcionar um conhecimento alargado sobre a escola e contribuir para a equidade e justiça escolar, bem como para otimizar gestão de recursos humanos e materiais e o trabalho colaborativo entre os professores. Por outro lado, os professores consideram que o processo de autoavaliação promove estratégias de apoio à reflexão e tomada de consciência da escola que visam contribuir para uma visão atualizada e crítica sobre o seu funcionamento e desempenho com vista à melhoria das práticas educativas e dos resultados escolares. No entanto, cerca de metade dos professores entendem o processo de autoavaliação como imposto e burocrático, sentindo-se pouco envolvidos.

Palavras-chave: Atitudes e percepções dos professores, Autoavaliação de Escolas, Ensino Artístico

## Introdução

No âmbito da investigação do nosso projeto de doutoramento<sup>4</sup>, intitulado **“Autoavaliação das escolas de Ensino Artístico”**, surge o presente estudo sobre as atitudes e percepções dos professores de escolas de Ensino Artístico, em Portugal, sobre o processo de autoavaliação. Temos como objetivos: caracterizar socioprofissionalmente os professores e os processos de avaliação das escolas

---

<sup>1</sup> Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (PORTUGAL), katarina\_3@hotmail.com

<sup>2</sup> Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (PORTUGAL), gbidarra@fpce.uc.pt

<sup>3</sup> Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (PORTUGAL), cabarreira@fpce.uc.pt

<sup>4</sup> Investigação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência SFRH/BD/128541/2017, fazendo também parte da equipa do projeto “Mecanismos de Mudança nas Escolas e na Inspeção: Um Estudo sobre o 3º ciclo de Avaliação Externa de Escolas do Ensino não Superior” (MAEE), referência PTDC/CEDEDG/30410/2017.

na sua ótica, analisar as percepções dos professores das escolas de Ensino Artístico acerca dos processos de autoavaliação e caracterizar as suas atitudes/opiniões em relação ao processo de autoavaliação.

Este tema assume particular relevância, dado que maioria das escolas de Ensino Artístico são de carácter privado, não tendo sido contempladas no quadro da AEE, ainda que a mesma esteja prevista no 3.º ciclo de AEE iniciado em 2018. A autoavaliação é a capacidade que a escola tem para avaliar a sua realidade escolar promovendo a melhoria organizacional (Bolivar, 2012). Uma das principais áreas de melhoria apontada nos relatórios de AEE, tanto no 1.º como nos 2.º ciclos de AEE, das escolas de Ensino Artístico públicas, é o campo de análise da autoavaliação (Amorim, Bidarra, & Barreira, 2019a). Quanto às escolas de Ensino Artístico particulares e cooperativas, segundo os diretores, a maioria não tem processos de autoavaliação implementados (Amorim, Bidarra, & Barreira, 2019b).

No presente artigo pretendemos apresentar a metodologia utilizada e os resultados preliminares do inquérito por questionário passado aos professores de escolas de Ensino Artístico, onde faremos uma comparação entre as respostas dos professores de escolas públicas e de escolas particulares e cooperativas.

## **Metodologia**

O inquérito por questionário que utilizámos foi adaptado de Valgôde (2013, pp. 154-158) e Amorim (2014), sendo composto por questões com uma linguagem clara, de resposta fácil e anónima, subdivididas em três grupos. Na introdução, explica-se o motivo da investigação e é deixado o nosso contacto para algum esclarecimento que queiram fazer.

O grupo I refere-se à caracterização socioprofissional dos professores e à identificação da existência na escola de uma equipa de autoavaliação e de processos de autoavaliação e AEE. Neste grupo são colocadas treze questões aos inquiridos: sexo; idade; habilitações académicas; tempo de serviço até 31 de agosto de 2018; nível de ensino que leciona; grupo disciplinar; tipologia da escola; região da escola; se a escola tem uma equipa de autoavaliação; se tem implementado algum processo de autoavaliação; se já foi alvo de um processo de AEE; os cargos exercidos pelo inquirido entre 2013 e 2018; e a formação feita ao longo da sua carreira nas áreas de administração e gestão escolar, supervisão pedagógica/formação de formadores e avaliação de escolas.

No grupo II analisa-se a percepção que os professores de escolas de ensino artístico têm sobre a autoavaliação, centrando-se no processo desenvolvido na sua escola. São colocadas sete questões, com cinco níveis de resposta (1.nulo, 2.reduzido, 3.médio, 4.alto e 5.elevado). As questões têm a ver com a conformidade ou a emancipação da escola em relação às práticas de autoavaliação, a percepção do impacto da autoavaliação no desempenho profissional dos professores e no desenvolvimento organizacional da escola, o grau de envolvimento dos professores no processo de autoavaliação, o grau de informação dos professores acerca do processo de autoavaliação, o grau de

adequabilidade do processo de AEE às especificidades das escolas de Ensino Artístico e, por último, o impacto da AEE no processo de autoavaliação.

Quanto ao terceiro grupo, tínhamos como objetivo caracterizar a opinião/attitudes dos professores face ao processo de autoavaliação. São colocadas 39 afirmações com cinco opções de resposta, em escala do tipo de *Likert*: Discordo Totalmente (DT), Discordo (D), Nem Concordo Nem Discordo (NCND), Concordo (C) e Concordo Totalmente (CT). Todas estas afirmações avaliam a atitude dos professores de escolas de ensino artístico em relação à implementação do processo de autoavaliação nas escolas e os seus impactos na comunidade educativa e na escola. As questões 28 e 34 testam a concentração dos inquiridos e a sua coerência nas respostas. Agrupamos os itens em quatro categorias: relevância social do processo; eficácia e melhoria da escola; clima, colaboração e cultura; e, aspetos curriculares e pedagógicos (prestação do serviço educativo).

No final do questionário deixamos um espaço de resposta aberta, **“observações”, para os inquiridos acrescentarem algo que considerem relevante sobre o processo de autoavaliação que não foi referido ao longo do inquérito por questionário.**

Antes de implementar o inquérito por questionário, e de forma a validarmos o seu conteúdo, procedemos a uma fase preliminar, um estudo piloto. Para tal, foi realizada uma revisão entre pares/acordo de juizes e o preenchimento do inquérito por questionário por três professores de Ensino Artístico, sendo que, no grupo III, utilizámos os critérios para a avaliação dos graus de compreensibilidade, ambiguidade e abstração dos itens, segundo Angleitner, John e Lohr (1986 cit. in Alferes, 1997, p. 126).

Após o preenchimento do inquérito por questionário, pelos três professores, procedemos a uma análise e verificámos que havia alguns itens em que os professores evidenciaram alguma dificuldade na compreensão, ambiguidade e abstração. Nesses itens procedemos a algumas alterações de forma a torná-los mais compreensivos, mais claros e menos abstratos.

Posteriormente, aplicámos os inquéritos por questionário, em versão *online*. Para tal, enviámos às escolas de Ensino Artístico, públicas, e particulares e cooperativas, um *e-mail* a solicitar a colaboração dos professores através de um *link*. Também partilhamos o *link* do inquérito por questionário num grupo de uma rede social de Ensino Artístico, onde solicitámos a colaboração dos professores.

A recolha de dados decorreu durante doze meses, entre maio de 2019 e maio de 2020, tendo-se obtido um total de 563 respostas, eliminando-se apenas uma por ausência de resposta a três questões.

## Resultados

Iremos apresentar os resultados das atitudes e perceções dos professores de escolas públicas, e particulares e cooperativas. Num total de 562 respostas, 287 são de professores que lecionam em escolas públicas e 275 em escolas particulares e cooperativas. Apesar de o número de escolas particulares e

cooperativas ser superior ao das escolas públicas, 148 e 11 respetivamente, o número de respostas entre professores de escolas públicas e de escolas particulares e cooperativas é muito próximo. No total o questionário foi enviado para 159 escolas de Ensino Artístico<sup>5</sup>.

#### Caraterização dos professores das escolas de Ensino Artístico

No quadro 1 é realizada uma caraterização dos professores inquiridos das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas segundo: sexo, idade, habilitações académicas, tempo de serviço até 31 de agosto de 2018, e nível de ensino que leciona.

Quadro 1. Caraterização dos professores das escolas públicas versus escolas particulares e cooperativas

Variáveis	Públicas	Particulares e cooperativas
Sexo		
Masculino	47%	55.6%
Feminino	53%	44.4%
Idade		
Média	45.23	37.89
Mediana	44	37
Desvio Padrão	10.485	8.651
Mínimo	23	22
Máximo	67	68
Habilitações Académicas		
Bacharelato	4.9%	2.2%
Licenciatura	38.3%	29.5%
Pós-Graduação	10.1%	4.7%
Mestrado	44.3%	61.1%
Doutoramento	2.4%	2.5%
Tempo de serviço até 31 agosto 2018		
Média	17.2	9.78
Mediana	15	9
Desvio Padrão	11.41	7.725
Mínimo	0	0
Máximo	42	41
Nível de ensino que leciona		
Pré-Escolar	4.04	6.25
1.º Ciclo	18.69	19.68
2.º Ciclo	22.9	23.73
3.º Ciclo	22.73	26.27
Secundário	31.65	24.07

Pela análise do quadro 1, verificámos que a maioria dos professores das escolas públicas são do sexo feminino (53%), já os das escolas particulares e cooperativas são do sexo masculino (55.6%). Em média os professores das

<sup>5</sup> Escolas confirmadas através da DGEstE, da Agência Nacional para a qualificação e o ensino profissional, IP e do Instituto de Gestão Financeira da Educação, IP em 2019.

escolas públicas têm 45.23 anos, sendo que o mais novo tem 23 anos e o mais velho 67 anos. Quanto aos professores das escolas particulares e cooperativas em média possuem 37.89 anos, tendo o mais novo 22 anos e o mais velho 68. Constatamos que os professores das escolas particulares e cooperativas são mais novos do que os professores das escolas públicas.

Relativamente às habilitações académicas, tanto nas escolas públicas como nas escolas particulares e cooperativas, a maioria dos professores inquiridos têm o Mestrado. No entanto, nas escolas particulares e cooperativas há mais professores com o grau de Mestre do que nas públicas, 61.1% e 44.3% respetivamente. Nas escolas públicas, apesar de ser o Mestrado o grau com maior percentagem (44.3%), o grau da Licenciatura está relativamente próximo (38.3%).

Quanto ao tempo de serviço, em média, os professores das escolas públicas têm 17.2 anos, sendo o mínimo 0 e o máximo 42 anos. Já nas escolas particulares e cooperativas, em média, os professores têm 9.78 anos de tempo de serviço variando entre 0 e 41 anos. É possível concluir que os professores das escolas públicas têm mais anos de tempo de serviço do que os professores das escolas particulares e cooperativas.

Em relação ao nível de ensino, a maioria dos inquiridos das escolas públicas lecionam o Secundário e apenas um nível de ensino 53.66%, já os das escolas particulares e cooperativas lecionam o 3.º ciclo e mais do que um nível de ensino (73.82%).

Passando ao grupo disciplinar dos professores inquiridos, nas escolas públicas temos 48.08% da área da Música, 2.79% da Dança, 1.74% das Artes, 37.98% das disciplinas do Ensino Regular e 9.41% de outras áreas. Nas escolas particulares e cooperativas temos 84.73% da área da Música, 6.91% da Dança, 0.36% das Artes, 3.64% das disciplinas do Ensino Regular e 4.36% de outras áreas. A categoria com maior percentagem tanto nas escolas públicas como nas escolas particulares e cooperativas é a Música.

Quadro 2. Caraterização das escolas de Ensino artístico públicas e particulares e cooperativas na ótica dos professores

Variáveis	Públicas (%)	Particulares e cooperativas (%)
Região da escola		
Norte	35.9	52
Centro	36.2	37.5
Sul	12.5	9.8
Açores	7	0.4
Madeira	8.4	0.4

Os inquiridos das escolas públicas são na sua maioria da região Centro (36.2%), já a maioria dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas são da região Norte (52%).

A maioria dos inquiridos, quer das escolas públicas quer das escolas particulares e cooperativas, exerceu cargos entre 2013 e 2018 (52.6% e 57.1% respetivamente). No quadro 3, podemos analisar a distribuição das percentagens pelos cargos exercidos. O cargo mais exercido nas escolas públicas é o de diretor/a de turma (27.44%), já nas escolas particulares e cooperativas é o de coordenador/a de departamento curricular (30.59%).

Quadro 3. Cargos exercidos pelos professores das escolas de Ensino Artístico

Cargos	Públicas (%)	Particulares e cooperativas (%)
Coordenador/a de departamento curricular	17.69	30.59
Coordenador/a de diretores de turma	1.08	2.3
Membro da equipa de autoavaliação	6.5	3.95
Membro do Conselho Geral	3.25	1
Diretor/a de turma	27.44	14.47
Membro da Direção	5.78	11.51
Membro do Conselho Pedagógico	13.72	24.01
Coordenador de projetos	12.64	9.54
Bibliotecário/a	0.36	0
Outro	11.55	2.63

No quadro 4 podemos analisar a formação dos professores, quer das escolas públicas, quer das escolas particulares e cooperativas, ao longo da sua carreira nas áreas da administração e gestão escolar, de supervisão pedagógica/formação de formadores e de avaliação de escolas.

Quadro 4. Áreas de formação dos professores ao longo da carreira

Área	Públicas (%)	Particulares e cooperativas (%)
Administração e gestão escolar		
Sim	8.4	9.5
Não	91.6	90.5
Supervisão pedagógica/ formação de formadores		
Sim	22.3	16.7
Não	77.7	83.3
Avaliação de escolas		
Sim	4.2	4

Pela análise do quadro 4 verificámos que, quer nas escolas públicas quer nas escolas particulares e cooperativas, a maioria dos professores inquiridos não têm formação nas áreas da administração e gestão escolar, supervisão pedagógica/formação de formadores e avaliação de escolas. Contudo, das três áreas referidas, a da supervisão pedagógica/formação de formadores é a que **tem a percentagem mais elevada de “sim” tanto nas escolas públicas como nas escolas particulares e cooperativas.**

*Perceções dos professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas de Ensino Artístico sobre a existência de processos de avaliação*

No quadro 5 podemos comparar as perceções dos professores das escolas de Ensino Artístico públicas com os das escolas particulares e cooperativas sobre a existência de processos de avaliação nas escolas onde lecionam.

Quadro 5. Perceções dos professores das escolas públicas e particulares e cooperativas de Ensino Artístico sobre a existência de processos de avaliação

Variáveis	Públicas (%)	Particulares e cooperativas (%)
Existência de equipa de autoavaliação		
Sim	75.6	31.3
Não	5.9	40.7
Não sei	18.5	28
A escola tem implementado algum Processo de autoavaliação		
Sim	70.7	49.8
Não	5.6	27.6
Não sei	23.7	22.5
A escola já foi alvo de algum processo de AEE		
Sim	75.6	53.8
Não	2.4	14.9
Não sei	22	31.3

Quanto à existência de uma equipa de autoavaliação, a maioria dos professores das escolas públicas dizem que existe (75.6%), enquanto a maioria dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas afirmam que na sua escola não há uma equipa de autoavaliação (40.7%).

Relativamente ao desenvolvimento de um processo de autoavaliação, a maioria dos professores, quer das escolas públicas (70.7%) quer das escolas particulares e cooperativas (49.8%), dizem que está implementado um processo **de autoavaliação na sua escola. Pelas percentagens da resposta “sim” na questão da existência de uma equipa de autoavaliação e da implementação de**

um processo de autoavaliação, constatamos que há escolas públicas que têm equipas de autoavaliação constituídas (75.6%), mas não têm um processo de autoavaliação implementado na escola (70.7%)<sup>6</sup>. O contrário verifica-se nas escolas particulares e cooperativas, onde há escolas que apesar de não terem equipas de autoavaliação constituídas (31.3%), têm processos de autoavaliação implementados (49.8%)<sup>7</sup>.

Passando ao facto de a escola já ter sido alvo de um processo de AEE, a maioria dos inquiridos, quer das escolas públicas quer das escolas particulares e cooperativas, afirma que “sim”, respetivamente 75.6% e 53.8%. Contudo, a percentagem da resposta “sim” nas escolas públicas é mais elevada do que nas escolas particulares e cooperativas. Constata-se que há uma percentagem ainda alta de professores, quer de escolas públicas quer de escolas particulares e cooperativas, que não sabem se a escola onde lecionam tem uma equipa de autoavaliação constituída, um processo de autoavaliação implementado ou se já foi alvo de algum processo de AEE. Sendo que nas escolas públicas a percentagem de “não sei” mais elevada é na questão da existência de um processo de autoavaliação e nas escolas particulares e cooperativas é na questão se a escola já foi alvo de algum processo de AEE.

*Perceções dos professores das escolas públicas e particulares e cooperativas de Ensino Artístico sobre o processo de autoavaliação*

No quadro 6 podemos analisar as perceções dos professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas acerca da autoavaliação das escolas de Ensino Artístico.

Quadro 6. Distribuição da frequência das respostas aos itens da escala de perceções face à autoavaliação de escolas públicas e particulares e cooperativas de Ensino Artístico

		1. Nulo (%)	2.Reduzid o (%)	3. Médio (%)	4. Alto (%)	5. Elevado (%)
1. Como se situa a escola em que leciona relativamente ao grau de desenvolvimento das práticas de autoavaliação?	Públicas	3.8	12.2	40.1	35.9	8
	Particulares e cooperativas	11.3	21.1	40	23.6	4
2. Qual o impacto da autoavaliação da escola no seu desempenho profissional?	Públicas	7.3	22	32.1	30	8.7
	Particulares e cooperativas	17.8	17.8	30.9	26.2	7.3
3. Qual o impacto do processo de autoavaliação no desenvolvimento organizacional da escola?	Públicas	3.8	20.6	33.8	34.1	7.7
	Particulares e cooperativas	14.9	17.8	35.3	24.4	7.6
4. Qual o seu grau de envolvimento no processo de autoavaliação?	Públicas	13.2	20.2	33.4	19.9	13.2
	Particulares e cooperativas	20.7	17.5	34.2	19.6	8

<sup>6</sup> Percentagem da resposta “sim” nas questões da existência de uma equipa de autoavaliação e da implementação de um processo de autoavaliação.

<sup>7</sup> Percentagem da resposta “sim” nas questões da existência de uma equipa de autoavaliação e da implementação de um processo de autoavaliação.



5. Qual o seu grau de informação sobre o processo de autoavaliação?	Públicas	8.7	18.8	36.9	25.8	9.8
	Particulares e cooperativas	16.7	24	33.5	20.7	5.1
6. Qual o grau de adequação do processo de AEE às especificidades das Escolas de Ensino Artístico (quadro de referência e escala de classificação)?	Públicas	8.7	29.6	42.2	15.7	3.8
	Particulares e cooperativas	14.5	25.8	43.6	13.8	2.2
7. Qual o impacto da AEE no processo de autoavaliação?	Públicas	5.6	18.8	39.7	27.9	8
	Particulares e cooperativas	15.3	19.3	31.3	25.8	8.4

No geral verificámos que, quer nas escolas públicas quer nas escolas particulares e cooperativas, o nível que obtém a percentagem mais elevada é o “médio”, à exceção do item 3, do impacto do processo de autoavaliação no desenvolvimento organizacional da escola, onde a percentagem é mais elevada no nível “alto” nas escolas públicas.

É nas percentagens dos níveis “nulo”, “reduzido”, “alto” e “elevado” que se verificam as maiores diferenças entre as perceções dos professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas. Nas escolas públicas o somatório das percentagens dos níveis “alto” e “elevado” nos sete itens é na maioria mais elevado do que o somatório das percentagens dos níveis “nulo” e “reduzido”. Já nas escolas particulares e cooperativas o somatório das percentagens dos níveis “nulo” e “reduzido” é mais elevado em todos os itens do que o somatório das percentagens dos níveis “alto” e “elevado”.

Nas escolas públicas de Ensino Artístico a perceção dos professores sobre o desenvolvimento de práticas de autoavaliação é indicador da existência de um certo desenvolvimento das mesmas, com impacto no desempenho profissional dos professores e na organização da escola. No entanto, constata-se um menor envolvimento dos professores no processo de autoavaliação, apesar de a maioria dos professores ter informações em relação ao processo de autoavaliação. Quanto à adequabilidade do processo de AEE às especificidades das escolas de Ensino Artístico, apesar de a maioria dos inquiridos responderem “médio”, verifica-se uma tendência maior para os níveis “nulo” e “reduzido”, o que nos leva a concluir que os processos de AEE podem não se adequar às especificidades das escolas de Ensino Artístico. Porém, o processo de AEE tem impacto no processo de autoavaliação das escolas públicas de Ensino Artístico.

Quanto às escolas particulares e cooperativas de Ensino Artístico, a perceção dos professores sobre o desenvolvimento de práticas de autoavaliação, apesar de ambivalente há uma tendência para a não existência das mesmas, não tendo assim impacto no desempenho profissional dos professores nem na organização da escola. Constata-se um menor envolvimento dos professores no processo de autoavaliação da escola e da informação que têm sobre o processo. Também se verifica uma tendência para os níveis negativos relativamente à adequabilidade dos processos de

autoavaliação às especificidades das escolas de Ensino Artístico. E, o mesmo se confirma em relação ao impacto do processo de AEE no processo de autoavaliação.

*Opinião/attitudes dos professores das escolas públicas e particulares e cooperativas face ao processo de autoavaliação*

No quadro 7 podemos analisar as diferenças entre as atitudes dos professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas, relativamente à categoria relevância social do processo.

Quadro 7. Atitudes dos professores das escolas públicas e particulares e cooperativas face aos itens da categoria relevância social do processo de autoavaliação

O processo de autoavaliação:		DT	D	NCND	C	CT
1. proporciona um conhecimento alargado sobre a escola	Públicas	2.4	6.3	25.1	50.5	15.7
	Particulares e cooperativas	2.5	6.2	25.1	54.5	11.6
6. visa a prestação de contas da escola	Públicas	4.2	19.2	44.9	26.5	5.2
	Particulares e cooperativas	3.6	21.5	46.2	24.4	4.4
8. contribui para reforçar a identidade e o desenvolvimento profissional dos professores	Públicas	4.5	18.1	34.8	34.8	7.7
	Particulares e cooperativas	1.5	4.4	27.3	57.1	9.8
18. convoca de forma democrática os diferentes atores da comunidade escolar	Públicas	5.6	15	40.1	35.9	3.5
	Particulares e cooperativas	2.9	7.6	37.5	45.1	6.9
21. permite uma maior divulgação da escola e dos seus resultados na comunidade educativa	Públicas	5.2	12.9	35.9	38.7	7.3
	Particulares e cooperativas	2.2	13.5	38.9	41.1	4.4
22. contribui para o aumento da participação dos pais/encarregados de educação	Públicas	6.6	20.9	46.7	22	3.8
	Particulares e cooperativas	4.4	18.9	38.5	34.9	3.3
23. proporciona uma maior colaboração entre a escola e a comunidade envolvente	Públicas	5.6	17.8	47.7	24.7	4.2
	Particulares e cooperativas	1.8	15.3	43.3	37.1	2.5
28. é um processo com pouco envolvimento dos professores	Públicas	3.5	14.6	33.1	39	9.8
	Particulares e cooperativas	6.9	21.8	33.8	32.7	4.7

34. é um processo imposto e burocrático que não tem consequências no funcionamento e resultados das escolas	Públicas	3.8	26.8	32.8	25.1	11.5
	Particulares e cooperativas	10.5	32.4	30.9	22.2	4
36. contribui para aumentar a confiança junto da comunidade relativamente aos resultados escolares e funcionamento da escola	Públicas	5.6	13.6	45.3	31	4.5
	Particulares e cooperativas	2.2	12.7	34.9	45.5	4.7
39. contribui para promover o debate público sobre a qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas	Públicas	4.5	17.1	34.5	39.4	4.5
	Particulares e cooperativas	3.3	10.9	28.4	49.8	7.6

As diferenças existentes entre as atitudes dos professores de escolas públicas e os professores de escolas particulares e cooperativas, nesta categoria, da relevância social do processo, prendem-se com cinco dos onze itens nomeadamente:

- No item 8, quanto ao facto de o processo de autoavaliação contribuir para reforçar a identidade e o desenvolvimento profissional dos professores, nos inquiridos das escolas públicas verifica-se alguma ambivalência, sendo que a sua maioria não concorda nem discorda com a afirmação, verificando-se uma tendência para a concordância. Já a maioria dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas concorda com a afirmação;
- No item 18, do processo de autoavaliação convocar de forma democrática os diferentes atores da comunidade escolar, tal como no item anterior, a maioria dos professores das escolas públicas não concorda nem discorda com a afirmação, havendo também uma tendência para a concordância. A maioria dos professores de escolas particulares e cooperativas concorda com a afirmação;
- No item 28, relativamente ao facto de ser um processo com pouco envolvimento dos professores, a maioria dos professores de escolas públicas concorda com a afirmação, já a maioria dos professores de escolas particulares e cooperativas não concorda nem discorda, havendo uma tendência para a concordância;
- No item 34, do processo de autoavaliação ser imposto e burocrático que não tem consequências no funcionamento e resultados das escolas, a maioria dos professores de escolas públicas não concorda nem discorda com a afirmação, havendo uma tendência para a concordância. Em lado oposto, temos os professores de escolas particulares e cooperativas que discordam com a afirmação, ou seja, consideram que o processo de autoavaliação não é imposto e burocrático e tem consequências no funcionamento e resultados das escolas;
- Por último, no item 36, quanto ao facto de o processo de autoavaliação contribuir para aumentar a confiança junto da comunidade relativamente aos resultados escolares e funcionamento da escola, a maioria dos inquiridos das escolas públicas não concorda nem discorda, havendo uma tendência para a concordância. Já a maioria dos inquiridos das escolas particulares e cooperativas concorda com a afirmação.

Em jeito de conclusão, da análise das diferenças existentes entre as atitudes dos professores de escolas públicas e de escolas particulares e

cooperativas, nesta categoria da relevância social do processo, verificámos que apesar das diferenças existentes, estas não são muito significativas variando **entre o “nem concordo nem discordo” com tendência para a concordância**. A exceção vai para o item 34, onde se verifica a maior diferença de opiniões/attitudes entre os professores das escolas públicas e os das escolas particulares e cooperativas. Sendo que, os professores das escolas públicas apesar de alguma ambivalência, consideram que o processo de autoavaliação é imposto e burocrático, não tendo consequências no funcionamento e resultados das escolas. Em contrapartida os professores das escolas particulares e cooperativas, na sua maioria, consideram que o processo de autoavaliação não é imposto nem burocrático e tem consequências no funcionamento e resultados da escola. Possivelmente esta diferença assinalável de opiniões/attitudes dos professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas, deve-se ao facto de a maioria das escolas particulares e cooperativas, aquando da aplicação do questionário, não ter sido alvo do processo de AEE levado a cabo pela IGEC, onde um dos domínios é precisamente o da autoavaliação. Os professores das escolas públicas (todas já foram alvo do processo de AEE) veem o processo de autoavaliação como sendo algo imposto e burocrático.

No quadro 8 podemos analisar as diferenças entre as attitudes dos professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas na categoria eficácia e melhoria da escola.

Quadro 8. Diferenças entre as attitudes dos professores das escolas públicas e particulares e cooperativas na categoria eficácia e melhoria da escola

O processo de autoavaliação:		DT	D	NCND	C	CT
3. permite otimizar a gestão de recursos humanos e materiais	Públicas	3.8	9.4	23	51.2	12.5
	Particulares e cooperativas	2.9	5.5	22.9	56.7	12
5. constitui um apoio à organização da escola ao evidenciar os pontos fortes e pontos fracos	Públicas	2.1	3.8	17.1	56.1	20.9
	Particulares e cooperativas	2.2	2.2	11.6	57.5	26.5
9. promove estratégias para um melhor desempenho por parte da escola	Públicas	2.8	6.6	30	51.6	9.1
	Particulares e cooperativas	1.8	5.1	18.2	60.4	14.5
12. contribui para o desenvolvimento sustentável da escola	Públicas	3.5	9.1	42.2	38	7.3
	Particulares e cooperativas	2.2	8	32.4	52.4	5.1
13. permite a recolha de	Públicas	1.7	4.5	17.8	57.5	18.5

informação relevante sobre a escola	Particulares e cooperativas	2.5	4.7	16.4	57.8	18.5
19. contribui para aumentar o sentido de eficácia da escola	Públicas	2.4	10.1	34.5	44.3	8.7
	Particulares e cooperativas	2.2	4	27.3	58.9	7.6
20. promove a reflexão sobre os processos de melhoria da escola	Públicas	2.4	7.3	20.9	56.4	12.9
	Particulares e cooperativas	1.5	2.5	14.9	65.8	15.3
27. incentiva uma maior articulação entre as lideranças de topo e intermédias	Públicas	4.5	16.7	35.2	38.7	4.9
	Particulares e cooperativas	2.9	9.5	38.2	41.1	8.4
33. contribui para a melhoria da ação das lideranças	Públicas	4.2	15.7	38.7	37.3	4.2
	Particulares e cooperativas	4	10.9	34.5	42.5	8
35. contribui para criar níveis elevados de exigência no desempenho global de cada escola	Públicas	4.2	17.4	41.1	31.4	5.9
	Particulares e cooperativas	2.2	11.6	36	46.2	4

Nesta categoria, as diferenças existentes entre as atitudes dos professores de escolas públicas e de escolas particulares e cooperativas verificam-se sobretudo nos itens 12, 33 e 35, onde a concordância é menor nas escolas públicas do que nas particulares e cooperativas e, ao mesmo tempo, maior a percentagem das respostas “nem concordo nem discordo”.

No quadro 9 podemos analisar as diferenças de opinião existentes entre professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas na categoria clima, colaboração e cultura.

Quadro 9. Diferenças de opinião entre professores das escolas públicas e particulares e cooperativas na categoria clima, colaboração e cultura

O processo de autoavaliação:		DT	D	NCND	C	CT
4. contribui para o desenvolvimento do trabalho colaborativo entre professores	Públicas	3.5	13.9	30.3	41.1	11.1
	Particulares e cooperativas	2.2	6.2	29.8	48.7	13.1
10. contribui para uma cultura de colaboração entre os vários elementos da comunidade escolar	Públicas	4.5	12.5	33.1	41.1	8.7
	Particulares e cooperativas	2.2	6.2	29.1	53.5	9.1

11. contribui para uma visão atualizada e crítica sobre o funcionamento da escola	Públicas	2.8	6.3	22.3	54.4	14.3
	Particulares e cooperativas	1.1	2.9	17.5	64	14.5
14. dá conta da realidade concreta de cada escola	Públicas	4.5	15.7	34.1	40.1	5.6
	Particulares e cooperativas	3.3	16	35.6	38.5	6.5
17. contribui para uma melhor definição do Projeto Educativo, reforçando a identidade da escola	Públicas	2.8	6.6	27.9	53.3	9.4
	Particulares e cooperativas	1.5	3.6	26.2	53.5	15.3
25. contribui para um trabalho crítico e reflexivo dos professores	Públicas	4.5	10.8	24	49.8	10.8
	Particulares e cooperativas	2.5	2.5	14.5	62.9	17.5
26. promove o empenho dos professores em projetos da escola	Públicas	6.6	15.3	38.3	34.8	4.9
	Particulares e cooperativas	2.5	9.1	31.6	45.8	10.9
30. promove um clima positivo entre os diversos atores educativos	Públicas	7	17.8	53.3	19.5	2.4
	Particulares e cooperativas	3.3	14.9	48	30.9	2.9
38. contribui para fomentar a qualidade na vida das escolas	Públicas	4.2	18.5	37.3	35.2	4.9
	Particulares e cooperativas	1.8	11.6	30.2	50.5	5.8

São poucas as diferenças na categoria clima, colaboração e cultura entre as atitudes dos professores de escolas públicas e de escolas particulares e cooperativas. Tal como aconteceu na categoria anterior, são diferenças entre a **opção “nem concordo nem discordo” com tendência para a concordância (públicas) e a opção “concordo” (particulares e cooperativas)**, sendo mais visíveis nos itens 26 (promove o empenho dos professores em projetos da escola) e 38 (contribui para fomentar a qualidade na vida das escolas).

No quadro 10 podemos analisar as diferenças existentes na categoria aspetos curriculares e pedagógicos (prestação do serviço educativo), entre a opinião dos professores das escolas públicas e de escolas particulares e cooperativas.

Quadro 10. Opinião dos professores das escolas públicas e particulares e cooperativas nos

## itens da categoria aspetos curriculares e pedagógicos

O processo de autoavaliação:		DT	D	NCND	C	CT
2. contribui para a equidade e justiça escolar	Públicas	6.3	13.2	32.8	40.1	7.7
	Particulares e cooperativas	2.5	12	29.1	45.5	10.9
7. contribui para certificar a qualidade das práticas e melhoria do serviço educativo	Públicas	3.8	8	25.4	51.2	11.5
	Particulares e cooperativas	2.2	5.8	19.3	60.4	12.4
15. contribui para a reflexão e tomada de consciência da escola sobre o seu funcionamento e resultados	Públicas	1.7	5.2	25.1	55.7	12.2
	Particulares e cooperativas	2.5	4	21.1	58.5	13.8
16. tem impacto na melhoria dos resultados académicos e sociais	Públicas	4.5	12.9	46.3	31	5.2
	Particulares e cooperativas	2.5	11.6	35.3	44	6.5
24. contribui para um maior envolvimento dos professores em torno de processos de ensino e aprendizagem inovadores	Públicas	5.2	15.3	35.9	39	4.5
	Particulares e cooperativas	2.9	8.4	30.9	47.3	10.5
29. sensibiliza para a importância da elaboração de planos de formação de pessoal docente e não docente	Públicas	2.8	10.1	35.9	46	5.2
	Particulares e cooperativas	2.2	6.9	33.5	50.9	6.5
31. provoca mudanças curriculares/pedagógicas e de avaliação das aprendizagens	Públicas	5.6	15	39	35.2	5.2
	Particulares e cooperativas	2.9	8.4	33.1	50.5	5.1
32. contribui para uma melhor organização dos espaços e tempos letivos	Públicas	6.3	17.8	41.1	31	3.8
	Particulares e cooperativas	4	9.1	44	38.5	4.4
37. contribui para garantir a qualidade da oferta educativa	Públicas	5.6	17.4	35.9	36.9	4.2
	Particulares e cooperativas	2.5	13.5	29.1	47.6	7.3

As diferenças nesta categoria não são muito assinaláveis. Tal como aconteceu nas duas categorias anteriores, são diferenças entre um “nem

**concordo nem discordo” com tendência para a concordância (públicas) e um “concordo” (particulares e cooperativas), sendo elas mais visíveis nos itens 16 (tem impacto na melhoria dos resultados académicos e sociais), 31 (provoca mudanças curriculares/pedagógicas e de avaliação das aprendizagens) e 32 (contribui para uma melhor organização dos espaços e tempos letivos).**

Em jeito de conclusão, verificámos que a categoria com maior concordância é a eficácia e melhoria da escola, tendo a categoria relevância social do processo de autoavaliação obtido uma percentagem mais baixa de concordância. A categoria onde se verificam menos diferenças entre as atitudes dos professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas é a referente ao clima, colaboração e cultura. Por outro lado, a categoria onde se constata mais diferenças entre as atitudes dos professores de escolas públicas e particulares e cooperativas diz respeito à relevância social do processo de autoavaliação. De uma forma geral, os itens, nas quatro categorias, têm níveis de concordância mais elevados nos inquiridos das escolas particulares e cooperativas do que das escolas públicas.

## **Conclusão**

Concluimos que, aparentemente, as práticas de autoavaliação estão mais desenvolvidas nas escolas públicas do que nas escolas particulares e cooperativas, tendo maior impacto no desempenho profissional dos professores das escolas públicas do que das escolas particulares e cooperativas. Quanto ao impacto na organização da escola, há um maior impacto nas escolas públicas do que nas escolas particulares e cooperativas, a maioria dos inquiridos das escolas públicas respondem que o impacto do processo de **autoavaliação na organização da escola é “alto”**. Quer nas escolas públicas quer nas escolas particulares e cooperativas a maioria dos inquiridos consideram que a sua participação no processo de autoavaliação é moderada, verificando-se **uma tendência para os níveis de “nula” e “reduzida”**.

Quanto ao grau de informação dos professores acerca do processo de autoavaliação, os professores das escolas públicas estão mais informados do que os das escolas particulares e cooperativas. Relativamente à adequabilidade do processo de AEE às especificidades das escolas de Ensino Artístico, não existem diferenças significativas entre as perceções dos professores das escolas públicas e das escolas particulares e cooperativas, sendo que a maioria responde **“médio”, havendo uma tendência para os níveis “nulo” e “reduzido”**. Por fim, quanto ao impacto da AEE no processo de autoavaliação, a maioria dos professores quer das escolas públicas quer das escolas particulares e **cooperativas responde “médio”, contudo constata-se** que nas perceções dos professores das escolas públicas há uma maior tendência para o facto de o processo de AEE ter impacto no processo de autoavaliação, o mesmo não se verifica nas perceções dos professores das escolas particulares e cooperativas.

Verificámos também que a opinião dos professores, de certa forma, tem a mesma tendência da dos diretores quanto aos processos e práticas de autoavaliação (Amorim, Bidarra, & Barreira, 2019b).



## BIBLIOGRAFIA

- Alferes, V. (1997). *Investigação científica em psicologia: Teoria & prática*. Coimbra: Almedina.
- Amorim, C. (2014). *Autoavaliação, o espelho da escola!* (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Amorim, C., Bidarra, M. G., & Barreira, C. (2019a). Práticas de autoavaliação das escolas de ensino artístico. In A. M. Seixas (Coord.), *Atas do XIV Congresso SPCE: Ciências, Culturas e Cidadanias* (pp. 16-23). Consultado em <http://www.spce.org.pt/assets/files/Actas%20do%20XIV%20Congresso%20SPCE%20-%20Coimbra%202018.pdf>
- Amorim, C., Bidarra, M. G., & Barreira, C. (2019b). Autoavaliação das escolas de ensino artístico na opinião dos diretores de escolas. In M. Peralbo et al. (Eds.), *Actas do XV Congreso Internacional Gallego-Portugués de Psicopedagogía: II Congreso de la Asociación Científica Internacional de Psicopedagogía* (pp. 2918-2929). Consultado em <https://congreso-xvgp.asocip.com/index.php/es/programacion/actas-del-congreso>
- Bolivar, A. (2012). *Melhorar os processos e os resultados educativos: O que nos ensina a investigação*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Valgôde, M. (2013). *Atitudes dos professores face à avaliação de escolas* (Tese de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.